

POLÍTICA DE COTAS: O QUE SÃO? PARA QUE SERVEM? E O QUE MUDA NA UFRGS?

Coordenador: JOAO VICENTE SILVA SOUZA

Autor: FERNANDA SCHERER

A Política de Cotas como Ação Afirmativa tem por objetivo implementar medidas compensatórias, remediando desvantagens históricas de grupos sociais que sofreram algum tipo de discriminação e/ou intolerância, promovendo dessa forma a diversidade étnico-racial e social no Ensino Superior público. A primeira universidade pública brasileira a adotar a política de cotas foi a UnB no ano de 2003, sendo que posteriormente muitas outras universidades implementaram esse tipo de Ação Afirmativa. Na UFRGS as discussões se intensificaram no início dos anos dois mil. Muitos eventos e debates foram realizados com a comunidade acadêmica para que em 2007 fosse regulamentada a Decisão 134/07 do Conselho Universitário da UFRGS que institui o Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso a todos os cursos de graduação e cursos técnicos da UFRGS, de candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatos indígenas. Cotas Étnico-raciais Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (CARVALHO, 2005) revelam que até 2004 menos de 2% dos estudantes afro-descendentes estavam em Universidades Públicas ou Privadas sendo que a população brasileira estava constituída de 47% destes mesmos afro-descendentes. Conforme nos lembra Piovesan (2005), se a raça e etnia no país sempre foram critérios utilizados para excluir os afro-descendentes, que sejam hoje utilizados para, ao revés, incluí-los. É de conhecimento que atualmente o principal mecanismo de acesso às Universidades brasileiras ocorre através do Concurso Vestibular, que é um mecanismo seletivo e excludente por acentuar ainda mais as desigualdades sociais e por privilegiar alunos de maior renda que estudam em melhores escolas. Desta forma permanece e se intensifica a noção meritocrática, por selecionar não os mais competentes, mas aqueles que foram melhor "treinados" (Pereira, 2007). Na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001, mostrou-se que o Brasil tinha 3,5 milhões de estudantes universitários (pouco menos que 2% da população), desses, 2,5 milhões freqüentavam instituições privadas e apenas 1 milhão estudavam nas universidades públicas de ensino superior, ou seja, apenas 0,6% da população brasileira contava com o benefício público da

educação superior gratuita (CARVALHO, 2005). Isso é ainda mais preocupante quando se sabe que a ascensão social e econômica no Brasil passa, principalmente, pelo acesso ao Ensino Superior. Em relação à nossa Universidade, segundo os dados divulgados pela COPERSE/UFRGS do Concurso Vestibular 2007, dos alunos que prestaram vestibular e foram aprovados, 92,07% se declararam Brancos, 4,80% Pardos, 0,64% Amarelos, 0,17% Indígenas, 0,83% não responderam e apenas 1,50% se auto-denominaram Pretos (UFRGS/Coperse, 2007). Tais dados demonstraram grande disparidade relativa ao acesso à UFRGS em relação à cor ou etnia dos candidatos. Aqueles contrários às políticas de cotas muitas vezes utilizam o argumento de que o nível acadêmico dos cotistas seria menor do que o dos demais, mas o que se tem visto é que existe uma paridade entre cotistas e não-cotistas, segundo dados trazidos por Frei Davi, Diretor da Rede de Cursinhos Populares EDUCAFRO, durante o III Seminário Local do Programa Conexões de Saberes, realizado em março de 2008 na UFRGS. Outro argumento bastante utilizado entre aqueles contrários às cotas prende-se à Constituição Federal, ressaltando-se que a mesma preconiza que todos são iguais perante a lei, mas o que se sabe é que a igualdade universal dentro do Brasil não é algo concreto e sim uma meta a ser alcançada, segundo o que diz o único ministro negro do Brasil, Joaquim Barbosa Gomes. Divulga-se a idéia de que o Brasil é uma nação onde todas as etnias vivem em harmonia, sem conflitos ou segregações, por isso fazem parecer que reivindicações como essas pareçam absurdas: é o legítimo "racismo à brasileira". O Território Conexões Afirmativas Por todos esses motivos apresentados é que o Território Conexões Afirmativas, formado por alunos bolsistas e professores da Graduação e Pós-Graduação do Programa Conexões de Saberes - Diálogos entre a Universidade e as Comunidades Populares da UFRGS, quer refletir, pesquisar e problematizar as questões sobre o acesso e permanência dos alunos oriundos de comunidades populares na Universidade, estudando, propondo e colaborando nas políticas de Ações Afirmativas propostas. O Território Conexões Afirmativas desenvolve também atividades junto ao Projeto Quero entrar na UFRGS, no qual busca-se, dentre outras ações, divulgar para as escolas públicas de Ensino Médio a adoção de reserva de vagas pela UFRGS. O Território Conexões Afirmativas tem como objetivo intensificar a relação de extensão da Universidade, por isso o grupo de alunos e professores preparou-se teoricamente com textos e discussões sobre Direitos Humanos e Ações Afirmativas. Após esse embasamento teórico criou-se algumas oficinas para o público em geral com o foco sempre voltado para a política de cotas, por ser a implementação destas um momento decisivo na UFRGS. Essas oficinas foram realizadas com os demais bolsistas do Programa Conexões de Saberes e também durante o III Seminário Local

do Programa, realizado nos dias 26 e 27 de março de 2008. Foram também elaborados folderes com os principais objetivos do Território, entregues aos calouros da UFRGS (2008/1). Com esse mesmo propósito elaborou-se um Blog que armazena as principais atividades do grupo, podendo ser acessado pelo endereço: www.queroentrarnaufrgs.blogspot.com. Juntamente com outros bolsistas e professores do Programa Conexões de Saberes o Território contribuiu na elaboração de um Documento que diagnostica as condições de ingresso e permanência e que problematiza as Políticas de Ações Afirmativas na UFRGS o qual está em vias de publicação e será lançado neste salão de Extensão. Julgamos que a extensão universitária em suas múltiplas interfaces tem um papel social muito importante, pois é o momento em que ultrapassamos os muros da Universidade, em uma mútua troca de conhecimentos e saberes. Acreditamos que a presença e a formação de alunos, professores e pesquisadores que possuem herança afro-brasileira ou indígena tende a enriquecer as perspectivas da vida na Universidade, tornando assim mais rica e válida a produção de conhecimento técnico, científico e intelectual. Quanto mais a Universidade abrigar e acolher a diversidade, mais justa e democrática ela será. Referências: CARVALHO, José Jorge de. Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005. PEREIRA, Tiago Ingrassia. Pré-Vestibulares em Porto Alegre: na fronteira entre o público e privado. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto alegre, 2007. PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 20, n. 59, p.40, out. 2005. PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES - UFRGS. Por um Política de Ações Afirmativas: Problematizações do Programa Conexões de Saberes - UFRGS. Porto Alegre: 2008 [no prelo]. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Permanente de Seleção. Vestibular da UFRGS 2007: Provas Comentadas - Processo de Avaliação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.